

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 93.746 - AP (2018/0004170-8)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : PAULO ROBERTO DA GAMA JORGE MELEM  
**ADVOGADO** : MAXIMA MAIA MOREIRA E OUTRO(S) - AP002823  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ

**EMENTA**

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. CRIMES DE PECULATO, ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA E CRIMES DE LICITAÇÃO. TRANCAMENTO DO PROCESSO POR AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. NÃO CABIMENTO. RECONHECIMENTO, PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS, DE QUE O RECORRENTE SEMPRE FOI O ALVO DAS INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS. CORREÇÃO POSTERIOR DO EQUÍVOCO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO DESPROVIDO. INDEFERIDA A PETIÇÃO DE FLS. 146-175.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por PAULO ROBERTO DA GAMA JORGE MELEM contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (HC n.º 0002153-55.2017.8.03.0000).

Consta dos autos que o Recorrente foi denunciado pela prática dos crimes de peculato, associação criminosa e crimes de licitação (fl. 31).

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte *a quo*, objetivando o trancamento da ação penal por ausência de justa causa, tendo a ordem sido denegada em acórdão assim ementado (fl. 39):

*"PENAL E PROCESSO PENAL - HABEAS CORPUS - PECULATO - ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL POR AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - IMPOSSIBILIDADE. 1) O trancamento da ação penal, em sede de habeas corpus, por ausência de justa causa, é medida excepcional, somente ocorrendo nas hipóteses de atipicidade da conduta, extinção da punibilidade e inépcia da inicial, situações que não se verificam no caso vertente. 2) Ordem denegada."*

Na razões recursais, sustenta-se, em síntese, que: **a)** as provas obtidas por interceptações telefônicas são nulas, pois jamais foi deferida qualquer autorização judicial para interceptação telefônica do Paciente, mas sim de uma pessoa com nome igual e

sobrenome semelhante; e que, **b)** extraídas as provas alegadamente nulas, não há justa causa para ação penal, razão pela qual ela deve ser imediatamente trancada.

Pleiteia-se, liminarmente, a suspensão da Ação Penal n.º 0046929-45.2014.8.03.0001 e, no mérito, o seu trancamento definitivo.

A liminar foi indeferida mediante a decisão de fls. 111-113.

As informações prestadas pelo Magistrado singular foram juntadas às fls. 123-126.

O Ministério Público Federal opinou pelo conhecimento e não provimento do recurso, afirmando, em síntese, a ausência de prova pré-constituída (fls. 128-133).

O Recorrente, na petição de fls. 137-139, afirmou e requereu o seguinte: "[...] *por razões desconhecidas, o MPF não analisou a mídia em anexo com as provas das alegações do Recorrente. Neste sentido, requer seja devolvido o prazo para que se manifeste quanto ao conteúdo probatório apontado pelo Recorrente que comprovam as alegações suscitadas*" (fl. 139).

Em nova petição (fls. 146-175), o Recorrente postulou a juntada de laudo pericial que apontaria "*diversas manipulações nas gravações no sentido de incriminar o Paciente*" (fl. 147), invocando o disposto no art. 231 do Código de Processo Penal, bem como requereu nova vista dos autos ao Ministério Público Federal e o enfrentamento da matéria na decisão a ser proferida.

Por despacho de fl. 196, determinei a requisição, ao Tribunal de origem, do conteúdo dos arquivos de mídia referidos à fl. 27.

Em observância ao aludido despacho, a Corte *a quo* enviou o arquivo de fls. 201-244 (conforme certidão de fl. 248).

O Ministério Público Federal, em nova manifestação, opinou pelo conhecimento e não provimento do recurso, em parecer assim ementado (fl. 253):

**"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PECULATO, ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA E CRIME LICITATÓRIO. NULIDADE DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. ILEGALIDADE DAS INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS, COM VISTAS À NULIDADE DAS PROVAS E OUTRAS DERIVADAS, QUE NÃO SE RECONHECE. PRETENSÃO DE APROFUNDADO EXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA. NÃO PROVIMENTO.**

**1. O recorrente pretende o reconhecimento de nulidade de interceptação telefônica e demais provas obtidas por derivação.**

**2. Dos documentos apresentados pelo recorrente é possível**

*concluir que não há ilicitude a justificar o reconhecimento da nulidade das interceptações e documentos delas derivados, seja por imprescindível a juntada de toda a documentação apta a corroborar um juízo de certeza quanto à nulidade arguida, seja por demandar aprofundado reexame de fatos e provas, incabível na via eleita, ou mesmo porque os poucos documentos apresentados demonstram ter havido autorização judicial para interceptação telefônica de número pertencente ao denunciado, e não a terceiro.*

*3. O pleito de manifestação quanto ao laudo pericial apresentado por Perito particular de um dos corréus demandaria aprofundado exame de fatos e provas, além de configurar indevida supressão de instância. Cabível o pertinente exame da prova pelo Juízo de primeiro grau, que segundo a defesa, está prestes a sentenciar o feito.*

*4. Parecer pelo conhecimento e não provimento do recurso ordinário em habeas corpus."*

É o relatório.

Decido.

De início, saliente-se que o trancamento da ação penal pela via do *habeas corpus* ou do recurso em *habeas corpus* é medida excepcional, somente admissível quando emerge dos autos, de forma inequívoca e indubitosa, a inocência do acusado, a atipicidade da conduta ou a extinção da punibilidade.

No caso, consoante relatado, a Defesa postula o trancamento da ação penal aduzindo que jamais foi deferida autorização de interceptação telefônica do Recorrente, mas, sim, de pessoa com nome igual e sobrenome semelhante. Entende, assim, que são nulas as provas decorrentes dessa interceptação.

Contudo, observa-se que o Tribunal *a quo*, após minuciosa análise dos autos, concluiu que o Recorrente sempre foi o alvo das interceptações telefônicas, havendo indícios suficientes para o prosseguimento da ação penal contra ele ajuizada.

Confira-se, por oportuno, o seguinte excerto do julgado (fls. 43-44; sem grifos no original):

*"In casu, **há indícios nos autos, pelo menos em tese, de que os fatos ocorreram do modo como narrados na inicial**, razão pela qual não há justificativa para, neste momento e através da seara estreita do writ, trancar a ação penal em curso no juízo singular, até porque, a discussão da matéria comporta uma ampla discussão que certamente será objeto quando da persecução criminal.*

*Deve prevalecer, como visto, a busca da verdade real, jamais podendo ficar esse princípio frustrado em razão de precipitada*

*averiguação inicial de ausência de dolo ou culpa dos acusados, aspectos da conduta em tese tipificada como crime somente poderão ser objeto de valoração ao ensejo da instrução criminal, em atenção aos princípios constitucionais do devido processo legal e do contraditório, onde as partes exercerão o direito de postulação e de demonstração de seus direitos, possibilitando ao juiz a resolução do mérito da causa segundo livre convencimento motivado.*

*Cabe deixar consignado, à guisa de esclarecimentos, que o paciente sempre foi o investigado nas autorizações das provas legalmente deferidas pela justiça e, mesmo tendo ocorrido equívoco na inserção do nome da pessoa a ser investigada inicialmente, não desnatura a legalidade da prova, uma vez que no pedido de renovação das interceptações telefônicas, aquele problema foi devidamente corrigido, confirmando que o investigado se tratava do recorrente.*

*Assim, não vejo qualquer ilicitude ou nulidade nas provas colhidas. Ademais, o paciente não trouxe aos autos qualquer prova capaz de desconstituir as afirmações do juiz que o reconheceu como a pessoa investigada nas autorizações das provas deferidas pela justiça."*

Nesse contexto, a desconstituição das conclusões alcançadas pelas instâncias ordinárias demandaria aprofundada incursão no acervo fático-probatório, o que se mostra inviável na via eleita.

A propósito:

"[...]

*III - No que concerne à alegação de que a prova ilícita permeou toda a instrução criminal e, por isso, a condenação seria nula, vale destacar, em primeiro, que o eg. Tribunal de origem assentou ter a condenação se fundado na confissão da corré, bem como na prova testemunhal e pericial, o que afasta a pecha de ilicitude por utilização de prova ilegal para o édito condenatório.*

***IV - Rever a conclusão a que chegaram as instâncias ordinárias na verificação da prova é providência sabidamente inviável em sede de habeas corpus e de seu recurso ordinário, que não admite o exame aprofundado de todo conjunto o probatório.***

"[...]

*Recurso em habeas corpus não provido." (RHC 86.255/CE, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 14/11/2017, DJe 22/11/2017; grifos acrescidos.)*

Destaque-se que, conforme afirmado pela Corte *a quo*, no trecho acima transcrito, ainda que tenha havido equívoco inicial quanto ao nome da pessoa investigada, "o paciente sempre foi o investigado nas autorizações das provas legalmente deferidas

pela justiça" e "no pedido de renovação das interceptações telefônicas, aquele problema foi devidamente corrigido, **confirmando que o investigado se tratava do recorrente.**"

Assim, não se evidencia a existência de qualquer constrangimento ilegal a ser sanado na espécie, como demonstra o seguinte precedente:

"PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL, ORDINÁRIO OU DE REVISÃO CRIMINAL. NÃO CABIMENTO. INQUÉRITO POLICIAL. INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS E SUAS PRORROGAÇÕES. FUNDAMENTAÇÃO CONSTATADA. LICITUDE. CORREÇÃO NO NOME DO INVESTIGADO. JUSTIFICAÇÃO ACOLHIDA E AUSÊNCIA DE INVESTIGAÇÃO DE TERCEIRO. NULIDADES AFASTADAS.

[...]

3. O grave crime investigado, envolvendo diversas pessoas, agentes e patrimônio públicos, com vultosos valores desviados, justifica a restrição individual ao sigilo das comunicações telefônicas.

4. **Havendo imediata correção do sobrenome da pessoa investigada e sempre correto terminal telefônico, tem-se definição de claro erro material corrigido e não investigação de terceiro ocasionalmente (por erro) dirigida ao paciente.**

5. Habeas corpus não conhecido." (HC 255.153/RO, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 02/10/2014, DJe 28/10/2014; grifos acrescidos.)

A propósito, merece transcrição o seguinte trecho extraído do fundamentado parecer ofertado pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** (fls. 258-259; sem grifos no original):

"[...] - às fls. 240/242 e – decisão proferida em 14/10/2009, em reposta aos Ofícios nº 2958 e 2959/2009, nos quais aduziu a autoridade policial que 'a continuidade de a extensão da quebra de sigilo telefônico dos terminais acima indicados, assim como a busca exploratória e interceptação ambiental, são fundamentais para o prolongamento da investigação relativa à possível prática dos crimes de estelionato, formação de quadrilha, falsidade ideológica, peculato, corrupção passiva e corrupção ativa, fraude em licitação, ...' (fl. 240e) – sendo o pleito deferido, inclusive com a extensão da quebra de sigilo de dados e interceptação das comunicações telefônicas do terminal de Paulo Roberto Mattos Melém [(96) (8111-8317)] – fl. 241E;

- às fls. 243/244e, consta parte do que se infere ser o pedido de interceptação telefônica do terminal de Paulo Roberto Mattos Melém [(96) (8111-8317)], operadora TIM, que atuaria como: 'servidor público

comissionado da Prefeitura Municipal de Macapá, seria um dos responsáveis pelas negociações com empresas prestadoras de serviços, que resultaria em superfaturamento e prestação fictícia de serviços, com posterior desvio de recursos públicos'

*Dos documentos acima elencados é possível concluir que NÃO há ilicitude a justificar o reconhecimento da nulidade das interceptações e documentos delas derivados, como pretende fazer crer o recorrente, seja por imprescindível a juntada de toda a documentação apta a corroborar um juízo de certeza quanto à nulidade arguida, seja por demandar aprofundado reexame de fatos e provas, inviável na via sumária do habeas corpus, ou porque os poucos documentos apresentados demonstram ter havido autorização judicial para interceptação telefônica do número [(96) (8111-8317)], o qual apesar de ter sido atribuído a Paulo Roberto MATTOS Melem, não há dúvida de que pertencia a Paulo Roberto da GAMA JORGE Melem.*

*A corroborar a afirmação supra, extrai-se do andamento da ação penal em curso perante a 4ª Vara Criminal da Comarca de Macapá/AP, petição protocolada pela defesa do ora recorrente, na data de 24/9/2018, na qual requer:*

*'Ante o exposto requer o que segue:*

*1- seja oficiado a operadora de telefonia celular TIMBRASIL TELECOM, para que encaminhe os registros telefônicos do acusado Paulo Roberto da Gama Jorge Melém número (96) 8111-8317, detalhado mês a mês, do período compreendido entre 01 de agosto de 2009 a 30 de junho de 2010 para que faça as devidas comparações com o Laudo Pericial e demonstre mais uma vez, exaustivamente, todas as barbáries que vem sendo suportadas pelo acusado que tem respondido processo criminal instruído ao arrepio da lei.'* (g.n.)

*Assim, não paira dúvida de que referido terminal - [(96) (8111-8317)] – já estava monitorado com autorização judicial, por estar sendo utilizado para a consumação, em tese, de vários crimes, e que se encontravam em apuração perante a instância competente, não se justificando, por ora, o trancamento prematuro da ação penal, sem que nem mesmo se tenha conhecimento do inteiro teor da denúncia e das provas que a embasam."*

Por fim, deve ser indeferida a petição de fls. 146-175, mediante a qual o Recorrente postula a apreciação de laudo pericial elaborado por perito particular, invocando o disposto no art. 231 do Código de Processo Penal.

Com efeito, a questão não foi apreciada pela Corte de origem, o que caracteriza indevida supressão de instância, além do que, cuida-se de pretensão inviável na

# *Superior Tribunal de Justiça*

estreita via do *habeas corpus*.

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso ordinário em *habeas corpus*. Indefiro a petição de fls. 146-175.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ  
Relatora